Portaria n.º 6:598

Manda o Governô da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, que à corporação encarregada do culto católico na freguesia de Vilar Sêco, concelho de Vimioso, distrito de Bragança, sejam entregues, em uso e administração, a igreja paroquial e as capelas de S. Sebastião e do Espírito Santo, com suas dependências e objectos cultuais, e a residência paroquial com o passal contíguo, ficando em poder do Estado os prédios sitos na Rua do Espírito Santo, no Vale de Cima, em Vale Travesso, em Orreita da Silva, nos Carreiros, na Assomada, Piçarra, Carboniçal, Penedos, Pereiro, Martim Fernandes, Carnuda, Simona, Vale de Pia, Barrocais, Gargantadas, Penha do Boi e João do Monte, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, cuja entrega será feita, mediante inventário, pelo administrador do concelho e com intervenção das entidades a quem a sua guarda ou administração está actualmente confiada.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação e reparação dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos um duplicado do referido auto de entrega, no prazo de três meses.

Esta entrega caducará caso se dê a hipótese do artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações aqui consignadas, nos prazos marcados, que começam a decorrer desde a publicação deste diploma.

Paços do Governô da República, 4 de Janeiro de 1930.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Luis Maria Lopes da Fonseca*.

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São reforçadas com as quantias de 6.000\$ e 4.000\$ as verbas, respectivamente, de 4.800\$ e 15.000\$, inscritas no capítulo 2.º — «Presidência da República» — artigos 21.º «Despesas de comunicações», n.º 2.º — «Telefones», e 19.º, n.º 2.º — «Expediente, encadernação de livros, assinaturas do *Diário do Governô*, jornais, revistas e outras publicações; compra de livros, pequenas reparações eventuais e diversos não especificados».

Art. 2.º É anulada na verba de 130.000\$, inscrita, sob a rubrica «Conservação e reparação de automóveis, aquisição de gasolina, óleos, sobressalentes e outras despesas», no capítulo 2.º — «Presidência da República» — artigo 18.º — «Despesas de conservação e aproveitamento de material», n.º 2.º «De semoventes», alínea c) — «Veículos com motor», de idêntico orçamento, a quantia de 10.000\$, soma das importâncias mencionadas.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governô da República, em 14 de Janeiro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Artur Ivens Ferraz* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *Hamílcar Barcênio Pinto* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Jaime da Fonseca Monteiro* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Vitor Hugo Duarte de Lemos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Direcção Geral da Contabilidade Pública****2.ª Repartição****Decreto n.º 17:873**

Verificando-se serem insuficientes ao fim a que se destinam as verbas de 4.800\$ e 15.000\$, inscritas no capítulo 2.º — «Presidência da República» — artigos 21.º e 19.º do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o corrente ano económico de 1929-1930, sob as rubricas, respectivamente, de «Despesas de comunicações», n.º 2.º — «Telefones» e «Material de consumo corrente», n.º 2.º — «Expediente, encadernação de livros, assinaturas do *Diário do Governô*, jornais, revistas e outras publicações, compra de livros, pequenas reparações eventuais e diversos não especificados»;

Considerando que se torna necessário reforçar as aludidas verbas com as quantias, respectivamente, de 6.000\$ e 4.000\$;

Considerando que pode ser anulada na verba de 130.000\$, inscrita, sob a rubrica — «Conservação e reparação de automóveis, aquisição de gasolina, óleos, sobressalentes, ferramentas e outras despesas», no capítulo 2.º — «Presidência da República», artigo 18.º — «Despesas de conservação e aproveitamento de material», n.º 2.º — «De semoventes», alínea c) — «Veículos com motor», de idêntico orçamento, a quantia de 10.000\$, soma das quantias acima indicadas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

Decreto n.º 17:874

Considerando que foram promovidos à 1.ª classe os juizes de direito de 2.ª classe, servindo no Tribunal do Contencioso das Contribuições e Impostos de 2.ª instância, José Barbosa Ramos e António Pais Rovisco;

Considerando que destas promoções resulta um acréscimo de despesa que não se comporta nas disponibilidades da verba, inscrita no orçamento do Ministério das Finanças, para pagamento dos vencimentos aos referidos juizes até o fim do actual ano económico de 1929-1930;

Considerando que nas sobras da verba descrita no referido orçamento para pagamento dos vencimentos do pessoal do quadro da Direcção Geral das Contribuições e Impostos pode ser anulada a importância correspondente à necessária para satisfazer o aumento de vencimentos a que tiverem direito os aludidos juizes;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 3.590\$39 a verba de 162.222\$, inscrita no capítulo 11.º, artigo 140.º, n.º 1), do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1929-1930, a fim de se satisfazer o aumento de vencimentos a que tiverem direito, pela promoção à 1.ª classe, dois juizes de direito de 2.ª classe servindo no Tribunal do Contencioso das Contribuições e Impostos de 2.ª instância.

Art. 2.º É anulada a quantia de 3.590\$39 na verba de

1:170.992\$40, inscrita no capítulo 11.º, artigo 120.º, n.º 1), do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1929-1930, destinada ao pagamento dos vencimentos do pessoal do quadro da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 14 de Janeiro de 1930.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Artur Ivens Ferraz* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *Hamilcar Barcínio Pinto* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Jaime da Fonseca Monteiro* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Vitor Hugo Duarte de Lemos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Decreto n.º 17:875

Considerando que, por decreto de 12 de Novembro de 1929, foi concedido o aumento do têrço do vencimento ao juiz de direito de 2.ª classe Artur de Mesquita Guimarães, que exerce em comissão o lugar de auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal junto da Alfândega do Pôrto;

Considerando que se torna necessário inscrever no orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1929-1930 a verba de 855\$ julgada necessária para ocorrer ao pagamento daquele têrço de vencimento até o fim do presente ano económico;

Considerando que a aludida importância pode ser anulada na verba inscrita no capítulo 12.º, artigo 167.º, n.º 1), alínea a), destinada ao pagamento de vencimentos do pessoal do quadro interno das alfândegas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É inscrita no orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1929-1930 a verba de 855\$ no capítulo 12.º «Serviço das alfândegas», artigo 165.º, n.º 1), «Tribunais do Contencioso Fiscal de 1.ª instância — Remunerações certas ao pessoal em exercício» — Têrço de vencimentos ao auditor.

Art. 2.º É anulada a quantia de 855\$ na verba de 6:177.007\$41, descrita no capítulo 12.º, artigo 167.º, n.º 1), alínea a), do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1929-1930.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 14 de Janeiro de 1930.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Artur Ivens Ferraz* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *Hamilcar Barcínio Pinto* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Jaime da Fonseca Monteiro* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Vitor Hugo Duarte de Lemos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Direcção Geral das Alfândegas

3.ª Repartição

2.ª Secção

Novas rectificações à pauta de importação aprovada pelo decreto n.º 17:823, de 31 de Dezembro de 1929, publicada em suplemento ao «Diário do Govêrno» n.º 301, 1.ª série, da mesma data

Artigo 354:

Onde se lê: «\$75 \$50»;
Deve ler-se: «1\$80 1\$20».

Artigo 606:

Onde se lê: «\$20 \$90»;
Deve ler-se: «\$14 \$07».

Direcção Geral das Alfândegas, 13 de Janeiro de 1930.— O Director Geral, *Manuel dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral do Fomento Agrícola

Decreto n.º 17:876

Atendendo a que se suscitaram dúvidas, que convém esclarecer, sobre a interpretação de algumas disposições do decreto n.º 16:892, de 17 de Maio de 1929;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros da Justiça e dos Cultos, Finanças, Comércio e Comunicações e Agricultura:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A quantia de 285.000\$, já posta à disposição da Junta de Estudos e Obras, criada pelo artigo 3.º do decreto n.º 16:892, de 17 de Maio de 1929, será entregue pela mesma Junta ao Sindicato de Regantes da Ribeira de Canha, conforme o disposto no artigo 1.º do citado decreto n.º 16:892.

§ único. A importância a que se refere o artigo 1.º deste decreto será abatida na subvenção que, nos termos legais, venha a ser concedida ao Sindicato de Regantes da Ribeira de Canha.

Art. 2.º As remunerações e gratificações referidas nos artigos 14.º, 15.º e 16.º do já aludido decreto n.º 16:892 e quaisquer outras despesas necessárias ao estudo e revisão do projecto definitivo do aproveitamento para regas, mandado elaborar pelo Sindicato de Regantes da Ribeira de Canha, serão satisfeitas, a partir de 1 de Julho último, pela verba inscrita no capítulo 3.º, artigo 54.º, da tabela de despesa orçamental do Ministério de Agricultura para o corrente ano económico de 1929-1930, sob a rubrica «Subsídios a Sindicatos de Regantes segundo o disposto no artigo 68.º do decreto n.º 5:787, de 10 de Maio de 1919», e as realizadas anteriormente, desde 21 de Junho do corrente ano até 30 do mesmo mês, pela verba inscrita na tabela de despesa para o ano económico de 1928-1929 no capítulo 4.º, artigo 16.º, sob a rubrica «Para pagamentos de subvenções aos Sindicatos de Regantes de Ribeira de Canha e Santa Cruz».

Art. 3.º São considerados em comissão de serviço, com abonos de vencimentos pelos quadros a que pertencerem, os dois engenheiros e o secretário a que se referem os artigos 4.º e 11.º do mencionado decreto n.º 16:892, e